

CAPÍTULO I

NOMES E ÉTICA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

JOÃO DE PINA CABRAL
SUSANA DE MATOS VIEGAS

No seu diálogo sobre nomes (*Crátilo*), Sócrates reclama: “o conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos.” (Platão 2001) E, de facto, quem pensar sobre o assunto, em breve concluirá que assim é. Sócrates discute os nomes em geral mas sempre com os nomes de pessoa como referente principal. Também nós, nesta recolha de ensaios de cientistas sociais portugueses e brasileiros, abordamos este tema desafiante, focando em especial os nomes de pessoa tal como usados em contextos sociais onde o português é a língua de referência.

Dedicamo-nos especialmente a uma questão: *a ética dos nomes*. Quer dizer, *a tessitura*¹ *afectiva que subjaz ao reconhecimento identitário das pessoas humanas*. Diferenciamos, portanto, os conceitos de “ética” e “moral”. Se, por “moral” temos em mente os sistemas de regras e princípios historicamente instituídos em contextos socio-culturais específicos;² por “ética”, remetemos para as relações huma-

¹ Trata-se, de facto, de uma metáfora musical – já que “tessitura” significa a “extensão ou intervalo dentro do qual uma voz pode evoluir com um máximo de facilidade; extensão das notas que, numa peça musical, aparecem com mais frequência; encadeamento de alguma coisa.” (*Dicionário da Academia de Ciências*).

² Cf. Faubion (2001:18), onde a diferenciação entre ética e moral é feita em termos aproximados; e Pina Cabral (2005, 2006 e 2007) para uma discussão do tema.

nas de co-responsabilidade baseadas no reconhecimento de identidade comum causado pela co-constituição das pessoas humanas – a tal *tessitura de afectos*. Ora, se a ‘moral’ difere da ‘ética’, no entanto, a fonte lógica da ‘moral’ está na ‘ética’ e a ‘ética’ está sempre imanente à moralidade instituída e culturalizada.³

Quando chamam o nosso nome e nós respondemos, cada um de nós mostra que sabe diferenciar-se a si próprio face a qualquer outro ser humano. Ao mesmo tempo, esse mesmo nome liga-nos a muitas outras pessoas; ele insere cada um de nós numa rede complexa de pertenças sociais. Os nomes das pessoas, portanto, implicam dois tipos de alteridade: (i) a alteridade que podemos chamar *anterior*: aquela que dá azo à pessoa humana pelo simples facto desta última ser constituída por relação a seres humanos já previamente constituídos; (ii) a alteridade social e culturalmente instituída que estabelece posicionamentos pré-estabelecidos para os diferentes agentes sociais. Por terem dado tanta importância ao segundo aspecto, os antropólogos têm frequentemente esquecido o anterior. Ora, o estudo dos nomes de pessoa é uma área privilegiada para observar a forma como esses dois registos de alteridade se inter cruzam criativamente.

Face a este desafio, os autores deste livro optaram por respostas que recorrem a uma riquíssima multiplicidade de ângulos: como é que o nome atribui ligações básicas às pessoas (através da perfilhação – Pina Cabral), como é que o nome faz família (Pedroso de Lima, Motta e Jardim), como é que o nome estabelece género (McCallum e Motta), como é que o Estado se relaciona com as pessoas através do nome (Schritzmeyer), como é que o uso do nome remete para a identidade

³ Usamos o termo, portanto, de uma forma distinta da que usa Peter Singer no seu famoso *Practical Ethics* onde, logo na primeira página (1999 [1993]: 1, 9), nos explica que usa as palavras *ethics* e *morality* como intermutáveis. Ver que também Mary Migdley não as distingue, apesar de reconhecer a existência de uma diferença (1993: 3). Ela afirma mesmo que “Diferentes sociedades humanas, na verdade, têm em comum muitos elementos estruturais profundos. [...] Entre esses elementos, o que joga um papel central é o género de consideração e simpatia para com os outros generalizado pela Regra de Ouro [“Trata aos outros como gostarias que te tratassem a ti”], e se nos perguntarmos ‘Será possível existir uma cultura sem essa atitude?’ teremos mesmo dificuldade em imaginar como é que tal coisa poderia sequer contar como cultura.” (Migdley 1993: 12)

étnica (etnia, raça, nação, etc. – Schwarcz, Toledo e Maggie), como é que o nome veicula imagens dominantes sobre o valor da pessoa (consumo mediático – Buarque de Almeida; esporte – Toledo), como é que a opção por não usar o nome pode ser um factor de subalternidade (McCallum) ou mesmo, de repente, um factor terapêutico (Frois).

História de um debate

O livro resulta de um debate que já vai longo (sempre tão informativo quanto divertido), desenvolvido durante mais de uma década entre colegas brasileiros, portugueses e moçambicanos ao sabor das afinidades de pesquisa e das reuniões académicas sobre a forma como, *em ambientes socioculturais onde a língua portuguesa é hegemónica*, as relações sociais são marcadas pelas formas de usar os nomes de pessoa que caracterizam essa tradição sociolinguística.

Na verdade, as primeiras discussões, ainda em 1995, decorreram na USP entre João de Pina Cabral e Aracy Lopes da Silva. Esta última já tinha publicado o seu livro sobre os nomes de pessoa entre os Xavante há quase uma década (Lopes da Silva 1986). Inesperadamente, poucos meses depois, a autora começou a ser insistentemente solicitada por leitores não-académicos que, querendo dar “um nome indígena” a um filho, telefonavam para o Departamento de Antropologia da USP, onde ela era professora, pedindo para a antropóloga lhes sugerir um nome “diferente” e “genuíno”. O caso era um fascinante desafio à imaginação antropológica: tratava-se de nomes que eram supostos ser exóticos (porque “índios”) mas iriam ser usados como se fossem nomes portugueses (nada a ver com a forma como os Xavante usam ou transmitem os seus nomes) e cuja escolha por parte dos pais, afinal, não tinha por finalidade exotizar o filho ou filha que recebia o nome mas, pelo contrário, fazer uma afirmação de nacionalismo brasileiro, individualizando a pessoa por relação a uma sociedade mediatizada em que “diferença” é mais-valia.

Na mesma época, Pina Cabral tinha publicado o seu primeiro livro sobre Macau (Pina Cabral e Lourenço 1993) onde discute a relação entre os nomes chineses e os nomes portugueses dos euroasiáticos de

Macau e a forma como esses dois nomes diferentes para a mesma pessoa divergem nas suas implicações relacionais.⁴ Também aí em Macau o público reagiu à questão e o autor foi entrevistado várias vezes por jornalistas sobre o assunto.

Alertados para a importância da questão – para as especificidades que pareciam caracterizar os ambientes lusófonos, por um lado, e para as profundas implicações teóricas do tema, por outro (vide Lopes da Silva 1984) – os dois antropólogos decidiram que seria interessante trocarem terrenos: João viria para o Brasil estudar nomes e Aracy iria para Portugal perseguir os seus interesses na área. Apesar de ter sido possível obter apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (MCTES, Portugal) para um primeiro intercâmbio, o trágico falecimento de Aracy impediu o prosseguimento do debate.

A ideia, porém, não tinha caído em saco roto. Em 2004, já com a intervenção de Omar Ribeiro Thomaz, Susana de Matos Viegas e, logo de seguida, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, o debate intensificou-se e deu azo ao Simpósio que esteve na base deste livro. Nenhum dos autores aqui reunidos tem o tema da nomeação/nominação como eixo central da sua investigação, mas exactamente por isso o desafio se ia revelar especialmente produtivo. A questão era reflectir, à luz das temáticas que cada um de nós desenvolvia normalmente na sua pesquisa, o tema central da relação entre nomes de pessoa e identidade. A consolidação desse debate deu-se, então, no Simpósio *Nomes e Pessoas: Género, classe e etnicidade na complexidade identitária*, que realizámos em Setembro de 2006, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, cujo produto parcial é o presente livro.⁵ Para nossa surpresa, também em Lisboa, o tema acabou por extrapolar dos meios

⁴ O argumento viria a ter uma forma mais definitiva em Pina Cabral 2002: 141-158.

⁵ Para além deste livro, os restantes trabalhos apresentados no Simpósio serão publicados num número temático da revista *Etnográfica* que será publicado no primeiro semestre de 2008. Esta é a ocasião para agradecer ao Centro de Análise e Planeamento Brasileiro (CEBRAP), São Paulo, ao Pagu/Núcleo de Estudos de Género (Unicamp) e ao Instituto de Ciências Sociais (U. Lisboa) pelo apoio dado a estes debates científicos. Gostaríamos ainda de agradecer a importante colaboração de Heloísa Buarque de Almeida, na época pesquisadora do Pagu, para a efectivação deste evento.

académicos, encontrando ecos inesperadamente entusiasmados na imprensa e televisão nacional, sendo os organizadores assediados durante meses por jornalistas em entrevistas sobre os nomes de pessoas, seus significados e especificidades culturais. Claramente, portanto, os nomes de pessoa não são só um aspecto importante da tradição sociolinguística lusófona; na verdade, tudo sugere que a questão da nomeação pessoal é especialmente desafiante (apelativa/interessante/preocupante) para quem se insira nessa tradição.

Os nomes e a teoria antropológica

Quando chamámos os nossos colegas ao debate referindo a questão da *ética dos nomes*, estávamos explicitamente a propor-lhes superar os termos sociocêntricos característicos das discussões sobre nomes na antropologia social do século XX. Queríamos explorar o tema à luz da noção de que a constituição das pessoas remete para lógicas de relacionamento que são anteriores (em cada um de nós), mas que também ultrapassam o contexto sociocultural específico em que cada cientista social faz sua pesquisa (cf. Pina Cabral 2007a). Os nomes seriam vistos, então, como instâncias de acção e de constituição de socialidade: categorias de apelação, quando nos dirigimos uns aos outros para estabelecer comunicação; formas de estabelecer relação, ao darmos o nome a um filho; formas de identificação da pessoa como cidadão, ao registarmos o nome ou querermos mudar esse registo; formas de intervir sobre a nossa identidade pessoal no mundo, ao termos o poder de apagar a nossa identificação simplesmente escondendo um nome, ao mesmo tempo que podemos ser oprimidos por esse mesmo poder.

O resultado deste desafio foi surpreendente e desde logo indicativo da maneira como a nomeação/nominação⁶ ganha renovado inte-

⁶ A diferença entre os dois termos não se prende unicamente com a diversificação linguística luso-brasileira, já que entre “nomear” e “dar nome” existem ligações profundas.

resse na reflexão antropológica actual.⁷ A diferença entre este livro e as abordagens mais recentes do tema na antropologia (como o volume editado por Barbara Bodenhorn e Gabriela Vom Bruck *The Anthropology of Names and Naming*, 2006) é, em si, uma indicação importante de que o estudo dos nomes nos obriga a reflectir sobre os contextos sociais e históricos em que a pessoa se constrói. Por exemplo, vários dos ensaios aqui reunidos (nomeadamente os de Cecilia McCallum, Henrique Toledo, Lilia Schwarcz e Yvonne Maggie) acabam por enquadrar o debate na temática da diferenciação racial ou da “cor”. Ora, a questão das diferenciações e classificações étnicas está completamente ausente da colectânea de Bodenhorn e Vom Bruck, onde a análise dos nomes também levou os antropólogos aos temas da família e do género, como acontece neste volume, mas não ao da diferenciação étnica (racial) (cf. Bodenhorn e Von Bruck 2006a: 3-4). O debate suscitado a partir do presente livro é, portanto, enriquecedor precisamente pelo seu eclectismo.

Importa também sublinhar que, apesar de todos os ensaios neste livro abordarem realidades socioculturais onde o português é a língua hegemónica, o livro abarca uma enorme diversidade de contextos: as elites financeiras de Lisboa, os hindus de Inhambane (Moçambique), as classes pobres de cidades periféricas baianas ou mineiras ou o uso dos nomes em performances desportivas brasileiras. Conjuntamente, quisemos pensar a nomeação/nominação enquanto agencialidade: isto é, um modo de convocar e ser convocado. Esta convocação pelo nome desencadeia, em muitos casos, o tipo de dinâmicas de que se faz a identidade, através da jocosidade, da ironia, da tensão ou do conflito.

Do gracejo ao estigma: histórias nos nomes

Numa pequena aldeia do manguezal, perdida no interior do Recôncavo, encontrámos um homem com uma vassoura na mão, comendo um pão numa espécie de loja-taverna. Palavra puxa palavra,

⁷ Urge chamar a atenção para textos como o de Anthony Cohen (1993) ou David Parkin (1989) onde preocupações semelhantes às nossas começavam já a emergir.

apresentou-se: “Meu nome é Mero-Peixe, eu vivo em Salvador.” A própria frase era um desafio e todos nos rimos, inclusive ele. Explicou, então, que se chama Almerentino (nome composto, “que puxa a” dois outros nomes, quem sabe do pai e da mãe, como é costume acontecer na Bahia), por isso “Mero.” Ora, como um dia, ali perto, pescou uma canoa cheia de meros muito grandes, passaram a chamar-lhe “Mero-Peixe”.

A explicação surtiu o efeito desejado: virar a atenção de todos para ele e estabelecer as suas credenciais como pescador veterano e qualificado para a conversa de pesca que estávamos a ter. Já mais difícil, para as pessoas que ali estavam a visitar o pequeno povoado, era acreditar que ele vivesse mesmo em Salvador. Que estava ele ali a fazer, então, naquele local perdido com uma vassoura na mão? A pergunta, nunca explicitada, voava no ar. Foi preciso ele dizer o endereço e demonstrar conhecimento do bairro onde mora para que a conversa voltasse a fluir em torno à mesa.

Este exemplo introduz-nos às maneiras como os nomes das pessoas se encadeiam uns nos outros, todos eles remetendo para laços sociais que, porque são laços de constituição da pessoa enquanto agente social, são laços afectivos: o Almerentino, que “puxava ao” nome das outras duas pessoas; o diminutivo “Mero”, que remetia para uma relação de familiaridade comunal; o peixe mero, que remetia para a vida da pesca; a forma irónica como ele se apresentava, inserindo-se numa tradição de auto-ironia que é parte intrínseca da vida popular brasileira – e que, por exemplo, em Portugal, não existe nos mesmos moldes. Esta relega para uma longa história de subalternização hierárquica das classes populares brasileiras e para os processos de reivindicação contra-hegemónica no seu interior (cf. DaMatta 1979; Viegas 2007). Face à sua própria marginalização, o *joker* utiliza-a para alterar os termos estabelecidos e reposicionar-se simbólica e, portanto, socialmente.⁸

⁸ Não poderá haver melhor exemplo para o que queremos dizer que a figura de “Dom” Pedro Dinis Quaderna, mais-que-ambíguo herói do *Romance d’A Pedra do Reino* de Ariano Suassuna (2007 [1971]) – tornado famoso pelos ecrãs da Rede Globo.

Um segundo exemplo, mostra como os nomes fazem ligações entre as pessoas mas ligações diferenciadoras; ligações que as inserem em universos simbólicos que, por sua vez, são constituintes do mundo em que se situam.⁹ Numa estrada do Baixo Sul baiano, João de Pina Cabral deu uma “carona” a uma professora de escola. A meio da viagem, a professora pediu-lhe para parar e dar carona também a “esse homem ali, que é seu xará.” O homem entrou, apresentando-se como “Cabral.” A resposta de João foi tentar estabelecer um vínculo irónico: “Ah, vai ver que somos primos no Pedro Álvares!” Ele não apreciou a ironia, respondendo com a história do seu nome para negar que pudesse existir qualquer vínculo de parentesco para além da partilha do nome “Cabral”, que os tornava “xarás” um do outro – curioso vínculo, que institui entre duas pessoas uma relação cujos termos ficam sempre vagamente incertos no Brasil.¹⁰

O encontro entre um estrangeiro e um brasileiro com o mesmo nome – e, ainda por cima, aquele nome! – remetia necessariamente para uma lógica confrontacional. O nome completo dele é na realidade Pedro Alves (sic) Cabral; o qual, para mais, é o mesmo nome do seu avô. A história do nome remete directamente para a história desse Brasil cuja “dilematicidade” (Pina Cabral 2007b) era, afinal, potenciada nesse encontro circunstancial com um português também chamado Cabral.

O avô deste homem foi uma das crianças que fugiram de Canudos – essa enorme tragédia celebrizada pelo clássico de Euclides da Cunha, quando um grupo de fiéis em torno a um visionário (António Conde) se defrontaram valorosamente contra as tropas da jovem república brasileira, sendo exterminados até à última alma (1933 [1902]). Nos últimos dias da luta, quando os sitiados finalmente perceberam que

⁹ Levados pela moda do virtual, alguns antropólogos levaram até às últimas consequências esta noção de que o mundo é social e culturalmente construído. Acontece que, por ser socialmente construído, o mundo não deixa de ser e de ter características próprias, sobretudo na medida em que será sempre visto à luz da nossa condição humana (cf. Pina-Cabral 2007a).

¹⁰ Note-se que, em Moçambique, o termo *xará* também é usado, mas para referir uma relação parecida com a de apadrinhamento que, na tradição bantu local, tem implicações bem mais profundas do que a relação entre xarás no Brasil.

iam todos ser barbaramente assassinados, algumas mães enviaram os seus filhos para longe, sozinhos, dizendo-lhes para fugirem a cobro da noite e nunca mais contarem a ninguém de onde vinham; para se esquecerem por completo do seu próprio nome, que os poderia identificar, e nunca mais o pronunciarem.

E assim foi, o miudito terá fugido pelo sertão de Pernambuco, com apenas nove anos de idade e por aí terá crescido ao abandono. Um dia, em Recife, quando ele próprio teve um filho que quis registar – o pai do nosso conhecido –, foi obrigado a adoptar um nome oficial. Como ele era brasileiro e só brasileiro, e não tinha nada mais, decidiu chamar-se como o descobridor da nação. Mas, como era analfabeto, enganou-se: ficou registado como Pedro Alves (e não Álvares) Cabral. Por isso, agora, esse era o nome do neto que se reivindicava xará de João por presumir serem ambos conhecidos por Cabral.¹¹ Pedro Alves Cabral, entretanto, fazia a vida como dirigente político do Movimento Sem Terra (saíra, naquele mesmo momento em que lhe dei boleia, de um “assentamento”, por isso o apanhámos num descampado). Aceitava, pois, ser xará de qualquer “Cabral”, mas nunca parente de um português vindo lá do “exterior.”

Como ambos os exemplos mostram, para além de classificarem socialmente estas pessoas, os nomes *agem* aqui activamente sobre a situação em que os sujeitos se encontram e as formas de vida que levam. Os nomes “congelam” (objectivam) toda uma série de identificações e diferenciações ocorridas no passado. Ao “puxarem a” pessoas e narrativas, os nomes de pessoa actuam não só sobre as pessoas que os transportam, mas também sobre todos nós que com eles nos cruzamos. Através dos nomes de cada um, até um português vindo do “exterior” começa a navegar no mapa inesgotável das interrelações de um brasileiro contestatário, que o constituem como ser humano e que o ligam

¹¹ JPC – Na verdade, a partilha desse nome não era mais do que um expediente para a nossa cordialidade mútua e era profundamente enganador: “Cabral”, para mim, é somente a segunda parte do meu patronímico e nunca assim fui chamado por ninguém (antes por “Pina”, alcunha escolar); para ele, é o nome pelo qual todos o conhecem, mesmo na sua intimidade doméstica. Tudo isto, por causa da lógica conotativa do nome – que remete para a história do avô, cujo eco identitário é tão cheio de implicações semânticas que não dá para escapar.

ao mundo. Na inesperada partilha de um nome, estabelece-se uma relação: por muito espúria e jocosa que seja, essa relação de “xará” é sempre um elo de associação com efeitos práticos – como, com o passar do tempo, viemos a descobrir na Bahia.

Neste livro deparamo-nos com vários jogos de identidade desta natureza. Ana Lúcia Schritzmeyer (neste livro) mostra-nos, porém, que há parâmetros e custos para esse jogo identitário. O gracejo pode colocar as pessoas num perigoso limiar; pode ultrapassar os limites aceitáveis para a integridade da pessoa, levando-a a considerar o seu nome “inadequado”, ao ponto de requerer a mudança do registo de nome. Diferentemente do de Mero-peixe (que tinha adoptado para si os jogos de gozação em torno ao seu nome e os usava para benefício próprio), o caso do rapaz Alete/Eliete, analisado pela autora, mostra como a ironia se pode tornar destrutiva da pessoa. Quando transformada em “brincadeira pejorativa”, ela veicula o estigma. Ora, quando este limiar transborda, a lei reconhece que está a ocorrer uma violação dos direitos de personalidade historicamente derivados dos direitos humanos que, no Brasil, se expandiram enormemente a partir do Código Civil de 2003 (ver Schritzmeyer neste livro). Isto significa que a própria lei contempla a existência de uma relação ética entre pessoa e nome.

Nomes e Família

As formas de nomear a pessoa envolvem vários tipos de nome. Na tradição sociolinguística europeia, existem principalmente três tipos: *nome próprio*, *sobrenome* e *nome informal* – ou “alcunha,” o que no Brasil se chama comumente “apelido”.¹² No seu contributo neste volume, Pina Cabral chama atenção para o facto de que, em contextos lusófonos, o nome próprio tem maior poder de convocação da pessoa do que o sobrenome. O facto deve-se tanto à maneira como os sobre-

¹² Na nossa opinião, a existência de localismos que diferenciam o português académico de Portugal do brasileiro não só é inevitável, como é uma enorme força do português enquanto língua académica (porque o internacionaliza). Para a sua consolidação como língua académica a nível global, por isso, não é necessário acabar com esses localismos, muito pelo contrário. Só é preciso torná-los transparentes.

nomes relacionam as pessoas com outras (inserindo-as em grupos familiares – sendo, por isso, “nomes de grupo”), como à forma como os nomes próprios revelam e individualizam as pessoas que os usam. Este livro dá um importante contributo para o debate comparativo deste tema.

De facto, se por um lado as análises aqui apresentadas confirmam essa integração da onomástica portuguesa numa tradição europeia, os mesmos estudos também revelam diferenças muito vincadas, de grande interesse comparativo. Essa diferenciação da tradição onomástica lusófona (e, mais geralmente, ibérica) por relação às tradições onomásticas trans-pirinaicas tem o efeito de aproximar contextos geograficamente muito díspares: tais como as classes populares no Brasil, as populações urbanas moçambicanas, as novas classes médias angolanas ou as elites financeiras lisboetas.

Como chama atenção Yvonne Maggie (neste livro), há limites para as comparações dos exemplos ibéricos com os casos tornados famosos pelos trabalhos editados por Claude Lévi-Strauss em *L'identité* (1977) sobre a sociedade francesa. Do lado ibérico dos Pirinéus, veio a vingar um sistema onomástico em que a relação entre nome próprio e sobrenome é muito diferente da que é presumida como ponto assente nas discussões sobre onomástica dos nossos colegas anglo-franceses – por um lado, porque no contexto ibérico as formas de nomeação enfatizam o nome da “alma” (nome de pia, nome próprio) mas, por outro lado, porque a bilateralidade na herança dos sobrenomes atribui uma maior opcionalidade na sua transmissão subsequente.

Outros factores, porém, entram em jogo; um destes é a importância que os sobrenomes adquirem como diferenciador de classe social. No Brasil, onde os nomes de família se tornaram importantes foi entre as famílias patriarcais de terratenentes que Gilberto Freyre descreve em *Casa Grande & Sanzala* ou Machado de Assis idealiza nos seus primeiros romances (cf. Schwartz 2000 [1977]). Assim compreendemos o significado do jogo complexo de sobrenomes que caracteriza as utopias “armoriais” sertanejas (p.ex., Suassuna 2007 [1971]) e que se demarca tão claramente das práticas nominativas mais comuns no Brasil. Creio que o *inbreeding* aristocrático de Pernambuco e Paraíba, como lhe chama Freyre (2003: 336 e 359 n137), remete para esta excepcional i-

dade aristocrática que coexiste, está claro (e tanto ele como Suassuna desenvolvem a questão explicitamente), com relacionamentos sexuais que passavam à margem do casamento formal.

O exemplo apresentado por Antónia Pedroso de Lima das famílias financeiras de Lisboa mostra que existem continuidades luso-brasileiras neste aspecto, como era de esperar – mas não pode levar-nos a esquecer as profundas diferenças que existem entre os dois países, sobretudo ao nível das classes populares. No caso das elites portuguesas, os valores de continuidade familiar e sucessão geracional são tão fortes que se reflectem não apenas no sobrenome como no nome próprio. Nesse contexto, o nome próprio também faz parte do património familiar, sendo por isso que se repetem, por exemplo, tantos nomes José nas árvores genealógicas das famílias estudadas por Pedroso de Lima. O nome próprio pode ser, como é claro, o meio de individualização da pessoa (muitas vezes chamada pelo seu diminutivo – tanto em Portugal como no Brasil), mas ao mesmo tempo ele é um poderoso reforço da integração do indivíduo na família que, no caso destas elites, é efectivamente pensada como património: um bem a preservar e dar continuidade.

Este mesmo uso do nome próprio como meio de criar relação (e ao mesmo tempo individualizar) é também abordado nos textos de Pina Cabral, Flávia Motta e Heloísa Buarque de Almeida. Entre os contextos populares de cidades periféricas do Brasil, os nomes próprios são frequentemente “compostos” ou “seriados”, ligando pais, filhos e irmãos. O sobrenome identifica pouco, já que, por um lado, a família não tem uma existência corpórea como entre as elites e, por outro lado, ele corresponde a uma imposição do Estado (cf. Schritzmeyer neste volume) ou da Igreja (por altura da conversão). Assim se explica a frequência de alguns sobrenomes que, a nível local, têm um efeito homogeneizador e, por conseguinte, desvalorizante (p. ex., Silva, Santos, Gonçalves, dependendo dos lugares – vide Motta, Schritzmeyer ou Pina Cabral, neste volume).¹³

¹³ Sobre este assunto veja-se, ainda, o artigo de Susana de Matos Viegas no volume da *Emográfica* que publicaremos em 2008, com os restantes textos apresentado no Simpósio de 2006. Ali se mostra empiricamente esta relação entre sobrenome

Face a um sobrenome indiferenciante, o nome próprio composto ou seriado (como os irmãos Jomar e Jamia, filhos de Maria e João) acaba por integrar melhor as pessoas numa lógica relacional familiar. Quase podemos dizer que eles chegam a assumir a forma de tecnónimos, porque o significado completo do nome de uma criança se estabelece apenas quando é visto na relação com o nome dos pais e/ou dos irmãos. Este assunto é da maior relevância na prossecução do nosso objectivo de ultrapassar as disposições sociocêntricas e culturalistas no estudo dos nomes, já que mostra como se combinam tendências de *longue durée* com processos sociais de diferenciação, tanto para as classes mais abastadas como para as mais desfavorecidas.

Repare-se, por exemplo, como essa tendência para integrar o nome próprio em lógicas familiares se distingue de contextos onde a individualização pelo nome é central, como no caso da Mongólia analisado por Humphrey (2006), onde cada nome é completamente diferente de qualquer outro, sem nenhuma ligação aos dos restantes membros da família. Mais ainda, na reflexão de Maurice Bloch sobre os nomes entre os Zafimaniry em Madagascar, o antropólogo recorre a um contraste comparativo entre o que chama “tradição europeia” e o facto de os Zafimaniry não só não terem nomes familiares (apenas os “nomes pessoais”) como criarem nomes pessoais estritamente individuais, que “não os ligam a mais ninguém” (Bloch 2006: 101). Isto significa, diz-nos Bloch, que os nomes pessoais não evocam “‘sistemas sociais’ mas, antes, ‘indivíduos’ em si: uma entidade imaterial cuja existência fenomenológica é criada por actos como o de usar nomes próprios.” (Bloch 2006: 101) À luz deste exemplo, é patente que os nomes em português, tanto das classes populares brasileiras como das elites luso-brasileiras, integram mais a pessoa em lógicas relacionais familiares; sem, porém, deixarem de a individualizar.

Alguns dos artigos aqui reunidos assinalam uma outra forma pela qual os nomes constroem relação: a atribuição de nomes a crianças em “homenagem” a outros parentes. Pedroso de Lima refere os casos de

mes e nomes próprios a partir de uma análise dos registos e de pesquisa de campo entre os Tupi residentes na região costeira do sul da Bahia.

“homenagem” nas elites financeiras de Lisboa, remetendo-os para o valor “continuidade”, neste caso através da repetição dos nomes próprios dos seus membros mais destacados. Pina Cabral mostra-nos esta prática de homenagem familiar a funcionar em meios de baixa renda no Baixo Sul da Bahia – alertando para as tendências matrifocais e para a disjunção lógica entre sexualidade, filiação e residência. No caso apresentado por Flávia Motta, a homonímia do “puxa” é feita dentro de um contexto de reprodução de comunidades locais que assim se fecham sobre si mesmas – remetendo surpreendentemente para o que sabemos sobre a sociedade açoreana onde estas comunidades encontram a sua origem (Amorim e Correia 2004).

Pessoa e acção

No estudo da nomeação pessoal, aproximamo-nos de uma das preocupações centrais das Ciências Sociais das últimas décadas: a forma como a pessoa é a sede da consciência através da interpretação da experiência; o *self*. Isto significa que, estudar nomes de pessoas é estudar a *pessoa* – um dos conceitos analíticos mais abrangentes e consensuais que hoje possuímos para abordar, numa perspectiva universalizante, o ser humano enquanto ser sociocultural. Não podemos presumir que haja *um só nome* para cada pessoa. Pelo contrário, os ensaios aqui reunidos exemplificam bem como a inserção social da pessoa, em toda a sua complexidade, é assinalada através de formas de polinomeação compósitas ou de manipulação, alteração ou irrelevância destas. Mais ainda, eles levantam uma questão do maior interesse para o debate sobre a *construção social da pessoa* – fenómeno universal e, ao mesmo tempo, culturalmente específico. Lançado no debate antropológico pela mão de Marcel Mauss (1985 [1938]), este tema jamais abandonará o palco teórico (cf. Pina Cabral 2007b). Como unidade de consciência, a pessoa (o *self*) é um ser que se vê a si mesmo como idêntico a si próprio: “Os humanos são esse próprio tipo de organismo que interpreta e modifica a sua agência através da sua concepção de si mesmo.” (Rorty 1976: 323) Essa concepção de si mesmo (a identidade pessoal), porém, não deve ser vista como fixa, permanente ou imutável.

Ela é construída através de toda a vida da pessoa e assenta sobre processos de identificação e diferenciação que são essencialmente de natureza relacional e complexa.

Os ensaios presentes neste livro dão-nos várias perspectivas sobre o assunto. Por exemplo, o mesmo tema da “homenagem” que acima referimos mostra como se acumulam e intensificam formas de identificação pessoal. Ao receber o nome integral do pai, a criança não vê a sua identidade pessoal diminuída. Pelo contrário, a homonímia, na medida em que ambos saibam “honrar” o nome que agora partilham, só adiciona à sua identidade mútua. A homenagem é vista, portanto, como uma forma de enriquecer a identidade da criança, dando-lhe mais referentes e criando um contexto relacional positivo para a sua identificação como *self*, já que o valor que subjaz à homenagem é o do “merecimento” – “a marca de distinção social que transporta o filho de tal pai” (Pina Cabral, neste livro).

Acumular referentes de identidade por meio dos nomes é tratado neste volume de formas por vezes inesperadas. Henrique Toledo, por exemplo, mostra-nos a importância de se mudar de nome na relação com o estrelato futebolístico. O que significa ser “o Pelé” para Edson Arantes do Nascimento (seu nome de nascimento)? Toledo debate com singular interesse a criação de personalidades públicas no Brasil que passam a ter uma identidade nova reconhecida por um nome. Ao mesmo tempo, no seu ensaio, o colega reflecte historicamente sobre as diferentes posições do país-nação face às desigualdades sociais e principalmente raciais nas biografias destas celebridades. Nesta mesma linha, o ensaio de Heloísa Buarque de Almeida mostra com enorme acuidade como é que essa valorização de personalidades famosas e a sua identificação através de um nome entra na vida das camadas populares brasileiras nos anos 1970, por meio do hollywoodismo e da antena parabólica. O seu ensaio é, portanto, fundamental para compreender o fenómeno da apropriação dos nomes de personalidades do meio mediático pelos brasileiros de baixa renda.

Os autores reunidos neste livro apresentam, ainda, outras reflexões sobre a mudança de nomes e a acumulação de nomes que, à partida, surgem como inesperadas: desde os nomes de casa entre os hindus de Inhambane (Marta Jardim) até à questão da mudança do nome de

registro (Schritzmeyer). Vale a pena notar, contudo, que, no âmbito de uma reflexão comparativa, o conjunto dos ensaios mostra-nos que há uma enorme valorização do nome próprio registado no nascimento e uma tendência a evitar a acumulação de nomes ou sua substituição no decorrer da vida. Essa característica diferencia a tradição ibérica e lusófona de muitas outras tradições onomásticas (contextos africanos, sudeste asiático ou chineses, por exemplo) onde a mudança e/ou acumulação de nomes fazem parte do ciclo vital – quando alguém tem um filho, quando se adquire um diploma, quando alguém se torna chefe, quando o filho sai de casa, quando se envelhece, etc.¹⁴ A exceção, está claro, é a adopção pela esposa do sobrenome do marido por ocasião do casamento; mais uma influência francesa nos costumes borgueses ibéricos que se massificaram em Portugal e no Brasil entre os meados dos séculos XIX e XX.

Todas estas questões nos obrigam a prestar atenção analítica ao conceito de *identidade*, que parecia há uns anos ter esgotado a sua relevância teórica, mas vem sendo relançado à luz de três novas perspectivas que se articulam plenamente com a reflexão sobre a pessoa realizada neste livro (cf. Pina Cabral 2004): a relação entre *intersubjetividade e emoção*, entre *emoção e constituição ética* e, finalmente, entre estes e o *processualismo dos fenómenos identitários*. A problemática da relação entre *pessoa, cultura e emoção* constitui uma das dimensões que mais fortemente emergiu do nosso debate. Queremos compreender como a identidade pessoal se altera por relação a contextos de interrelacionamento onde uma diversificação de interesses (consciente ou não) dá azo a posicionamentos de associação ou confronto.

Sobre esta questão – e especialmente enquanto ensaio sobre género e nomeação – há que referir a obra de alcance universal que é *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa (2001 [1956]). Aí, o autor desenvolve um discurso sobre a ambiguidade identitária e a emoção constituinte da pessoa que gira em torno a um nome plural. Ao ser questionada, a identificação/diferenciação de género difunde-se. Na

¹⁴ Não sendo nosso propósito fazer uma análise comparativa, mas apenas explorar a potencialidade heurística desta reflexão comparativa, deixamos aqui apenas algumas das referências que situam as afirmações comparativas sobre a acumulação de nomes ou a substituição dos mesmos (Fortes 1981 e 1983, Watson 1986, Carsten 2004: 89-96, Menget 2001).

personalidade de Reinaldo/Diadorim/Maria Diadorina e no jogo de identidades, valores e emoções que esta congrega, Guimarães Rosa passa para além de um discurso sobre o amor e a convenção para um debate sobre a complexidade essencial do ser humano, experimentando com a erosão da falácia pessoalista¹⁵.

No mesmo ensaio de Platão que referimos de início, Sócrates diz que “nomear também é acção, uma vez que falar é uma espécie de acção, com relação a certas coisas.” (Platão 2001: 151) Apelando e sendo sujeito a apelação, a pessoa age no todo social. Assim, a pessoa social é um ser discursivamente auto-identificado que pode ser sujeito de responsabilidade: “A ideia de uma pessoa é a ideia de um centro unificado de escolha e acção, a unidade de responsabilidade legal e teológica. (...) É na ideia de acção que as fontes legais e teatrais do conceito de pessoa se reúnem.” (Amélie O. Rorty 1976: 309) Ora, o tema da *nomeação pessoal* e da integração da pessoa na vida pública é central a todas as visões do social que ponham o enfoque sobre o nível das práticas sociais (cf. Lopes da Silva 1984). Chamar uma pessoa é solicitar comparecimento; chamar-se é comparecer e por isso verificamos que, ao estudar as formas de nomeação/nominação podemos captar um dos eixos centrais da dialéctica constitutiva do social e da identidade que é o *comparecimento* – i.e., estar face-a-face, partilhar intersubjectivamente um espaço/tempo.

O nome, contudo, não cancela a ambiguidade essencial da pessoa (ou de qualquer outra entidade social). O nome reduz de facto a gama da variação possível, mas nunca reduz a alteridade anterior de uma pessoa – como é aqui tão bem exemplificado pela discussão de Cecilia McCallum sobre a omissão do nome nas formas de relacionamento entre profissionais de saúde e pacientes num hospital público de Salvador e por Catarina Frois sobre as “associações anónimas.”

A identidade pessoal é ferida à partida pela alteridade de demarcação do outro com quem também nos identificamos e que está inscrita no nome (cf. Levinas 1996). Nomear, por isso, é desde logo reivindicar – fazer exigências da pessoa. Ora o ensaio de Cecilia McCallum ilumina esta questão, já que nos mostra que, para as mulheres de classe

¹⁵ Que atribuiria essencialidade à pessoa.

baixa e negras da cidade de Salvador, o facto dos profissionais de saúde, no hospital público, não as chamarem pelo nome próprio e sim por categorias que apenas temporariamente definem a sua condição e as despersonalizam – como quando as enfermeiras as apontam como “essa aí”, “a mãe” ou “a cesária” – exerce sobre elas um efeito de subalternização.

A nomeação pessoal – como resulta bem claro dos ensaios aqui reunidos – constitui, em suma, uma porta de entrada privilegiada para o estudo dos grandes factores de diferenciação social e da sua operacionalização através da acção pessoal: *género, classe e etnicidade* – mas também, em muitos contextos, grupo etário. McCallum mostra-nos, então, que a prática de omitir o nome pessoal, no relacionamento entre médicos e pacientes no hospital público de Salvador, se integra num conjunto mais vasto de mecanismos de exercício do poder. Numa visão informada pelas teorias feministas, a autora identifica essa forma de exercício do poder pela omissão do nome com outras performances corporais dos médicos observando, por exemplo, como recebem a paciente no seu gabinete continuando cabisbaixos a redigir os seus relatórios médicos e sem a olharem nos olhos. McCallum argumenta que esta subalternização se enquadra numa tríade de subjugação a que estas mulheres estão sujeitas: serem de baixa renda, serem negras e serem mulheres.

Nomes e sistemas classificatórios

Bodenhorn e Vom Bruck chamam a atenção para a importância que teve o ensaio de John Stuart Mill (1925 [1843]) na história das discussões antropológicas sobre nomes de pessoas. Aí, o autor sublinha o sentido denotativo dos nomes, isto é, como estritos marcadores, classificadores sem significado. As autoras chamam a nossa atenção para a diferença entre *denotação* que é identificação (o nome) e *conotação* que é significado (a palavra) (cf. 2006: 5-6, ver também Humphrey 2006: 161-162). O assunto teve a sua mais importante expressão na história do pensamento antropológico por referência ao debate sobre o totemismo australiano. No seu brilhante ensaio de 1912, Durkheim argumenta a favor do carácter estritamente denotativo dos

sistemas de classificação totémicos que constituíam também o modo de organização familiar dos aborígenes australianos; sedimentando, assim, esta relação teórica entre nome e denotação na antropologia.

Cinquenta anos depois, Lévi-Strauss (1962), perseguindo esta pista teórica, elabora o conhecido paradigma estrutural sobre os nomes de pessoa enquanto termos denotativos; analisando-os, por isso, de forma caracteristicamente sociocêntrica como sistemas classificatórios. Em 1974, Lévi-Strauss organizou no Collège de France um seminário sobre identidade onde apresentaram conferências uma série de etnógrafas francesas trabalhando sobre questões de nomeação (aí se tornou famoso o exemplo de Minot).¹⁶ Até hoje, esse debate continua presente como referente para a discussão destas questões entre portugueses, franceses e brasileiros. A sua importância é indubitável. Para o nosso debate actual, porém, alguns aspectos desse corpo teórico exigem a nossa atenção. Em primeiro lugar, como sugere sagazmente Aracy Lopes da Silva (ainda em 1984), e já enunciámos na secção anterior, as práticas e normas onomásticas francesas pertencem a um universo histórico de práticas onomásticas muito distinto do da Península Ibérica. Este último, tal como o conhecemos hoje, só emerge nos finais do século XVIII.¹⁷ Há diferenças muito importantes entre o mundo francês e o mundo ibérico, incluindo, está claro, os sistemas pós-ibéricos como o Brasil. A mais significativa destas diferenças é a ênfase na bilateralidade na herança dos sobrenomes entre os ibéricos. Esta bilateralidade dá azo a uma relativa opcionalidade na transmissão dos sobrenomes ao nível da geração seguinte que não ocorre nos sistemas exclusivamente patrilaterais trans-pirinaicos. Assim, a assimilação dos casos por nós estudados com os casos franceses é susceptível de induzir em erro.

Em segundo lugar, por maioria de razão, urge prestar muita atenção à possibilidade de equívocos comparativos, no que se refere aos processos de nomeação informal (algunhas/apelidos). Este tema é ainda mais complicado porque as afirmações generalizantes que se costu-

¹⁶ Onde, por um mero acaso da sorte, JPC esteve presente ainda antes mesmo de se ter tornado antropólogo.

¹⁷ O leitor interessado num maior aprofundamento deste cruzamento entre aspectos históricos e comparativos no estudo dos nomes deve consultar o já referido volume temático da revista *Etnográfica* (primeiro de 2008) que estamos a coordenar.

mam encontrar na literatura sobre alcunhas (*nicknames*) no “Mediterrâneo” são completamente infundadas (cf. Pina Cabral 1984). Não só os sistemas de atribuição de alcunhas são muitíssimo diversos e portanto não generalizáveis em toda a Europa do Sul como, na Península Ibérica em particular, a diferenciação regional é enorme – porque está ligada, por um lado, à diferenciação nos sistemas de reprodução da unidade social primária e, por outro, à correspondente variação nos modelos de organização aldeã (cf. Pina Cabral 1991: 213-240). Mais ainda, como demonstra o exemplo açoreano/brasileiro apresentado por Flávia Motta, o próprio Brasil exhibe enorme diversidade no referente a este tipo de práticas.

Repare-se que, na tradição de estudo dos sistemas de nomação como sistemas classificatórios, acentua-se à-priori, por um lado, a qualidade do nome como categoria denotativa (servindo para classificar) e, por outro, o facto dessa categorização constituir uma forma de inserir o indivíduo numa entidade grupal. A potencialidade heurística do modelo não está em causa. Por exemplo, ainda recentemente esta visão denotativa das classificações foi recuperada para a análise de formas de classificação étnica (eg. Comaroff 1987), articulando essa visão com a compreensão de que exercer o acto classificatório é também exercer poder. Contudo, o desafio que foi posto aos participantes do nosso simpósio foi que superassem esta problemática, considerando a nomeação de pessoas, não unicamente à luz do acto de classificação, mas tendo em conta o jogo de empatia e agonismo relacional característico das práticas sociais – e as formas como os nomes também funcionam conotativamente. Os exemplos de Mero-Peixe e Pedro Alves Cabral – cujos nomes os integravam numa família mas, ao mesmo tempo, remetiam para toda uma complexa série conotativa, pela qual perpassa poder – ilustram bem o que queremos dizer.

Os textos de Henrique Toledo, Lilia Schwarcz e Yvonne Maggie acabam por reflectir também essa preocupação em integrar os aspectos denotativos e os aspectos conotativos das práticas onomásticas. Nestes ensaios, a classificação étnica é vista como um sistema subalternizante sobre o qual os agentes projectam os seus interesses. É nesse sentido que Lilia Schwarcz nos fala na maneira como os parceiros de um divertido jogo de futebol praticado numa favela de São Paulo (sintomaticamente chamado de “Pretos X Brancos”) vão lidando com as categorias

de cor e poder que sobre eles recaem quando se integram num ou outro *team*. Como nos diz Lilia Schwarcz, “Neste país de critérios moveidinhos a cor é um elemento fundamental de denominação”, sendo definida situacionalmente. O sistema de classificações é previamente fixo mas, ao mesmo tempo, actua de forma situacional: “dentro do campo somos pretos, fora dele somos de muitas cores”, dizem os jogadores. A autora desenvolve, assim, um argumento sustentado na ideia de que “Em vez de pensarmos em raça, gênero, sexo, idade, cor e classe como categorias normativas e monolíticas, cabe entendê-las, antes, como categorias empíricas e relacionais que emergem de confrontações interpretativas, de diferentes modos de operar e atualizar sistemas de classificação social” (Schwarcz, neste livro).

Também o ensaio de Yvonne Maggie se relaciona com esta abordagem dos nomes de pessoas. A autora mostra como o uso de nomes reflecte esse enorme debate que ocorre hoje na sociedade brasileira entre uma lógica de classificação racial polarizada e uma mais flexível (como a das cores). Tanto Schwarcz como Toledo e Maggie (neste livro) adoptam as ideias de Oracy Nogueira para quem o panorama étnico (racial) brasileiro se orienta predominantemente por um “preconceito de marca” em detrimento de um “preconceito de origem” – onde, portanto, a lógica de categorias sociais estanques se esbate numa negociação de fronteiras. Quais as implicações futuras para a nomeação pessoal do facto desse sistema estar hoje em evolução?

Os capítulos do livro

Neste livro o leitor encontra, em suma, uma sequência de ensaios que cobre diversas abordagens teóricas, múltiplos contextos sociais e relaciona os nomes de pessoa com questões de etnicidade, de relações familiares e de gênero reflectindo, no conjunto, sobre a complexidade identitária.

Os quatro primeiros ensaios (Pedroso de Lima, Pina Cabral, Motta e Schritzmeyer) tratam principalmente da inserção da questão dos nomes nas relações familiares e de gênero. O capítulo de Schritzmeyer constitui ainda um exercício importante de reflexão sobre a relação dos

nomes de pessoa face ao Estado, argumentando que as alterações no registo do nome por um adulto acontecem no Brasil, principalmente, quando a sua visibilidade pública se torna inevitável.

Os quatro textos seguintes (Jardim, Toledo, Maggie, Schwarcz e Buarque de Almeida) remetem para a forma como os nomes ligam diferentes tradições sociais e étnicas (desde as famílias hindus de Inhambane/Lisboa/Londres às antenas parabólicas que entram pelas casas dos brasileiros adentro, com nomes e valores globalizados); como os nomes revelam o significado público que assumem as personalidades famosas do futebol e dos media (Toledo e Buarque de Almeida) ou a trama de classificações raciais no Brasil (Maggie e Schwarcz).

Finalmente, os textos de Cecilia McCallum e de Catarina Frois tratam especificamente do modo como o poder é exercido através da manipulação (e omissão circunstancial) dos nomes. McCallum mostra como a suspensão da apelação pelo nome tem um efeito de anulação da pessoa. Catarina Frois, por outro lado, aborda a questão da omissão do nome como um poderoso instrumento terapêutico. A supressão do nome, que para uns é a medida da sua subalternização, para outros é um instrumento de reconstrução de vida e de luta contra o desenquadramento social.

O livro encerra com o ensaio de Mariza Corrêa, a quem agradecemos as palavras concisas mas incisivas, sintetizando o conjunto de revelações e omissões que resultaram deste nosso esforço conjunto por compreender os nomes de pessoa em contextos sociais em que o português é a língua de referência. O tom irónico mas analítico com que termina o seu comentário é, por si só, uma ótima razão para que o leitor percorra o livro até ao fim. Neste livro encontrará os ingredientes que Correa tão sagazmente nos indica no seu ensaio: a ironia, o gracejo, mas também a tragédia e a subalternidade que um nome pode carregar.

Referências

AMORIM, Norberta e Alberto CORREIA, 2004, *O Pico. A abordagem da ilha*. Vol. I, Tomo I (As famílias de São João em finais do século XIX), Lajes do Pico (Açores), Câmara Municipal de Lajes do Pico.

- BLOCH, Maurice, 2006, "Teknonymy and Evocation of the 'Social' among the Zafimaniry of Madagascar", in Barbara Bodenhorn e Gabriele Vom Bruck (org.s), *The Anthropology of Names and Naming*, Cambridge, Cambridge University press, 97-114.
- BODENHORN Barbara e VOM BRUCK, Gabriele, 2006, *The Anthropology of Names and Naming*. Cambridge, Cambridge University Press.
- , 2006a, "Entangled in histories: an introduction to the anthropology of names and naming", in Barbara Bodenhorn e Gabriele Vom Bruck (org.s), *The Anthropology of Names and Naming*, Cambridge, Cambridge University press, 1-30.
- CARSTEN, Janet, 2004, *After Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.
- COHEN, Anthony P., 1993, "Rites of Identity, Rights of the Self", *Edinburgh Review* 89, pp. 56-74.
- , 1994, *Self Consciousness: an alternative Anthropology of Identity*. London and New York, Routledge.
- COMAROFF, John L, 1987, "Of totemism and ethnicity: consciousness, practice and the signs of inequality", *Ethnos* 52, 301-323.
- CUNHA, Euclides da, 1933 [1902], *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, 12ª ed. Rio de Janeiro, Azevedo e Cia.
- DAMATTA, Roberto, 1979, *Carnavais, Malandros e Heróis: para um sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.s.
- DURKHEIM, Émile, 1912, *Les formes elementaires de la vie religieuse*. Alcan, Paris.
- FAUBION, James D., (ed.), 2001, *The Ethics of Kinship: Ethnographic Inquiries*, Lanham (Maryland), Rowman and Littlefield.
- FORTES, Meyer, 1981 [1973], "On the concept of the person among the Tallensi", in Dieterlen, G. (org.) *La notion de personne en Afrique Noire. Colloques Internationaux du C. N. R. S.* Paris, n. 544, 284-319.
- FORTES, Meyer, 1983 [1959], *Oedipus and Job in West African religion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FREYRE, Gilberto, 2003 [1933], *Casa Grande & Sanzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 47ª ed. São Paulo, Global Editora.
- GUIMARÃES ROSA, João, 2001 [1956], *Grande Sertão: Veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- HUMPHREY, Caroline, 2006, "On being Named and Not named: Authority, Persons, and Their Names in Mongolia", in Barbara Bodenhorn e Gabriele Vom Bruck (org.s), *The Anthropology of Names and Naming*, Cambridge, Cambridge University press, 157-176.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1962, *Le totémisme aujourd'hui*, Paris, PUF.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (org.), 1977, *L'Identité*, Grasset, Paris.
- LEVINAS, Emmanuel, 1996, *Basic Philosophical Writings*, Ed. A. Peperzak, S. Critchley and R. Bernasconi. Indiana University Press, Bloomington.
- LOPES DA SILVA, Aracy, 1984, "A antropologia e os estudos de nomes pessoais e sistemas de nomeação: resenha da produção recente", *Dédalo* 23, 235-254.
- , 1986, *Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*, São Paulo, FFLCH/USP.
- MAUSS, Marcel, 1985 (1935), "A category of the human mind: the notion of person; the notion of self", in Michael Carrithers, S. Collins e Steven Lukes (org.), *The category of person: anthropology, philosophy, history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1-25.
- MENGET, Patrick, 2001, *Em nome dos Outros*, (Col. Coisas de Índios) Assírio e Alvim, Lisboa.
- MILL, John Stuart, 1925 [1843], *A System of Logic*, Londres, Longman, Green and Co.
- MIDGLEY, Mary, 1991, "The origin of ethics", in Peter Singer (org.), *A Companion to Ethics*, Oxford, Blackwell.
- PARKIN, David, 1989, "The politics of naming among the Giriama", *Sociological Review Monograph*, 36, 61-89.
- PINA CABRAL, João de, 1984, "Nicknames and the experience of community", *Man* n.s. 19 (1), 148-150.
- , 1991, *Os contextos da antropologia*. Difel, Lisboa.
- , 2002, *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. Continuum/Berg, Londres/Nova Iorque, London School of Economics Monographs in Social Anthropology 74.
- , 2005, "Identidades Inseridas: Algumas divagações sobre identidade, emoção e moralidade". *Revista Portuguesa de Psicanálise* 26 (1), Lisboa, Janeiro 2005, 97-118.
- , 2006, "Anthropology Challenged: Notes for a Debate" in *Journal of the Royal Anthropological Institute* 12 (3) p. 663-ff.

- , 2007a, "Aromas de Urze e de Lama: Reflexões sobre o gesto etnográfico", *Etnográfica* XI, nº 1, 191-212.
- , 2007b "A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista", *Novos Estudos CEBRAP* 78, São Paulo, 95-112.
- , e Nelson LOURENÇO, 1993, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- PLATÃO (Sócrates), 2001 [1973], *Teeteto Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém, Pará, Editora Universitária UFPA.
- RORTY, Amélie Oksenberg (org.), 1969, *The Identities of Persons*, Berkeley, University of California Press.
- SCHWARTZ, Roberto, 2000 [1977], *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Livr. Duas Cidades/Ed.s 34.
- SUASSUNA, Ariano, 2007 [1971], *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta*, 9ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- VIEGAS, Susana de Matos, 2007, *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*, Rio de Janeiro, 7Letras.
- SINGER, Peter, 1999 [1993], *Practical Ethics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WATSON, Rubie S, 1986, "The named and the nameless: gender and person in Chinese Society", *American Ethnologist* 13, 619-631.